

Apresentação

Maria Carla Corrochano

Universidade Federal de São Carlos (UFScar)

Fabiana A. A. Jardim

Universidade de São Paulo (USP)

É com satisfação que apresentamos o dossiê Juventudes, Educação e Trabalho em Contextos de Mudança Social, cujo principal objetivo é contribuir para pensarmos os significados sociológicos das recentes transformações na estrutura socioeconômica brasileira no que se refere à configuração de experiências e trajetórias juvenis, a partir do rearranjo dos elos entre educação e trabalho. O trabalho é uma dimensão presente e central na vida de parcela significativa da juventude brasileira, como realidade, necessidade ou desejo. De fato, ao longo do demorado processo de ampliação da escolarização básica no país, sinal evidente dessa presença é a constante preocupação com o chamado “estudante trabalhador”, isto é, esta figura estranha a outros contextos de proteção social, em que o período da infância e da juventude tornou-se efetivamente marcado pela inatividade. Entre nós, combinada ou não aos estudos, a atividade de trabalho ou de busca por trabalho, especialmente nas trajetórias de jovens das camadas populares, adquire centralidade como eixo de construção identitária, o que, sem dúvida, tem consequências para os investimentos escolares das famílias e para os significados atribuídos pelos próprios jovens à escolarização.

Até 2014, o Brasil experimentou pouco mais de uma década de cenário favorável, marcado: 1) pelos efeitos positivos da tardia universalização do ensino básico no país e da veloz ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior; 2) pelo contraditório processo de aumento das taxas de formalização, em um momento histórico de pluralização das modalidades de trabalho formal (SABOIA, 2014) e de crescimento econômico; além da 3) paulatina redução das desigualdades formais de acesso a direitos sociais de cidadania após a Constituição de 1988. Todos esses processos produziram marcas geracionais relevantes, cujos significados políticos e sociológicos ainda restam por, respectivamente, disputar e delinear claramente. A formulação precisa dos significados desse período é tanto mais importante na medida em que a cena recente aponta uma tendência de retrocessos, especialmente (ainda que não apenas) em relação ao crescimento econômico, à formalização dos postos de trabalho e ao freamento da diminuição das desigualdades socioeconômicas mais gritantes. É, portanto, em um contexto geral de retração de direitos e de ameaças a conquistas sociais duramente conquistadas que procuramos refletir sobre a experiência de jovens na atualidade, sabendo de antemão que são as gerações mais

jovens as mais fortemente atingidas por momentos de crise social e econômica.

A organização do dossiê partiu de alguns pressupostos. Em primeiro lugar, da constatação de que as pesquisas sobre juventude no campo educacional, e mais particularmente na Sociologia da Educação, têm assinalado o valor de uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola (SPOSITO, 2003), no sentido de considerar outros espaços e práticas no processo de formação das novas gerações. Em segundo lugar, essa mesma literatura destaca a importância de, quando observada a instituição escolar, dedicar aos estudantes um olhar sensível, que os considere em sua condição juvenil, bem como outros eixos de experiência que atuam no trabalho de significação da educação escolar (DUBET, 1996). Tal cuidado é fundamental para enfrentar teoricamente as mutações contemporâneas nos processos de socialização (DUBET, 1998; PAIS, 2001). A partir dessa trilha, na última década, ampliaram-se os estudos que buscam refletir sobre a realidade juvenil e as múltiplas dimensões da condição de ser jovem em nosso país, com ganhos analíticos para o campo educacional.

Na perspectiva de preservar o máximo de diversidade teórico-metodológica, pareceu-nos relevante que a temática do dossiê fosse abordada tendo como objetivos: 1) trazer para o centro das análises a pluralidade da experiência da condição juvenil, construindo um panorama, a partir de dados recentes, das diversas condições juvenis no quadro das persistentes desigualdades brasileiras; 2) considerar diferentes dimensões da socialização dos jovens, para além da educação escolar formal – por isso o cuidado em incluir trabalhos que abordam a qualificação profissional e a aprendizagem da ação e da participação políticas; 3) compreender as novas dinâmicas do mercado de trabalho, bem como seus efeitos subjetivos para a constituição de identidades profissionais – trata-se aqui de interrogar que nova cultura do trabalho emerge do encontro das novas gerações com um mercado de trabalho cuja configuração é inédita.

Cabe considerar que, apesar da diversidade de perspectivas nas análises sobre os modos como os jovens transitam em direção à vida adulta, há um consenso em torno da pluralização e da complexidade dos caminhos, bem como um reconhecimento de que a crise e as mudanças no mundo do trabalho teriam forte impacto nesse processo, muito embora seu peso e lugar possam sofrer variações de acordo com a classe social de origem, o gênero ou o pertencimento étnico-racial (CORROCHANO, 2012). Assim, se os rumos em direção à vida adulta não são mais fixos ou predeterminados, isto se relaciona fortemente ao intenso processo de crise e transformação que há pelo menos 30 anos vem atingindo as mais diversas regiões, setores e perfis de trabalhadores. Do mesmo modo, na educação escolar e nos elos que ligam a educação formal e o mundo do trabalho, observam-se transformações, rupturas e também permanências, reconfigurando o lugar da escola na experiência de cidadania e seu papel na (re)produção de desigualdades socioeconômicas (DUBET,

2011).

Como já mencionado, o olhar para a realidade juvenil nessas duas dimensões – educação e trabalho – no Brasil e no contexto de países latino-americanos justifica-se pela intensidade das transformações vividas no país e no continente durante a primeira década do século XXI. Na medida em que o modelo típico ideal de políticas de redistribuição e de integração social entra em crise com o próprio Estado social (CASTEL, 1999; 2010), as novas desigualdades também se tornam mais complexas, demandando um olhar sobre o cotidiano de jovens, em seus trânsitos pelo mercado da intermediação de empregos ou em seus esforços de evitar as posições marginalizadas que se encontram a seu alcance, a depender de sua escolaridade, pertencimento étnico-racial ou mesmo local de residência. É a partir desse enquadramento de contexto que os artigos de Nadya Araujo Guimarães e Livia de Tommasi podem ser compreendidos, revelando novas dimensões da experiência juvenil em relação à cidadania, à educação formal e, principalmente, ao trabalho.

Ao mesmo tempo, esses sujeitos constituem a primeira geração que viveu um conjunto de alterações do sistema educacional, tanto via programas de qualificação profissional quanto pela expansão do ensino médio e do ensino superior – no caso deste último, promovido pela via da ampliação do setor público, mas principalmente pela expansão do setor privado lucrativo (cuja dinâmica é analisada no artigo de Wilson Mesquita de Almeida e Fabiana Augusta Alves Jardim). Esse “pioneirismo” tem consequências importantes para as expectativas familiares em relação à inserção dos jovens e para a avaliação destes em relação às oportunidades a seu alcance, conforme revela o artigo de Maria Gilvânia Valvidino Silva e Kimi Tomizaki, cuja análise concentra-se em um dos setores mais protegidos e remunerados do mercado de trabalho: o setor metalúrgico na região do chamado ABC Paulista, com maior tradição de luta e consolidação de cultura operária no país.

Pode-se dizer que nos últimos anos a temática da juventude constituiu-se como um problema político e um item relevante de ação governamental. No entanto, o reconhecimento da necessidade de políticas específicas para as jovens gerações no campo do trabalho ainda é pouco presente. O artigo de Maria Carla Corrochano e Laís Abramo retoma esse debate, examinando a construção da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude no Brasil (ANTDJ), enfatizando seus avanços e limites.

Finalmente, também nos pareceu significativo refletir sobre as mudanças nos elos que articulam educação e trabalho em contextos sociais próximos ao nosso, como é o caso dos países latino-americanos, igualmente marcados por processos contraditórios de crescimento econômico, ampliação de políticas sociais e esforço em conciliar investimentos sociais e garantia de altas taxas de lucros aos setores empresarial e bancário. O artigo de Ana Miranda representa, assim, uma importante contribuição para pensarmos nossas diferenças e as questões e soluções forçadas

em um país vizinho, que compartilha conosco alguns dilemas históricos em relação à cidadania, ao “desenvolvimento” e, também, a heranças autoritárias que ainda hoje se fazem presentes nas experiências de transmissão intergeracional ou mesmo no cotidiano das classes populares.

Esperamos, portanto, contribuir para lançar algumas pistas sobre a configuração social contemporânea, tarefa mais que urgente na medida em que o modelo de desenvolvimento que permitiu o ciclo econômico da última década parece estar esgotado e que políticas de austeridade e reforma estatal ganham novo fôlego no continente latino-americano, colocando em xeque as frágeis e contraditórias conquistas alcançadas nessa primeira década do século XXI. Arriscando, nesse mesmo movimento, o futuro das gerações que, hoje, identificamos como jovens.

Referências

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. El ascenso de las incertidumbres: trabajo, protecciones, estatuto del individuo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

CORROCHANO, Maria Carla. O trabalho e a sua ausência: narrativas juvenis na metrópole. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

DUBET, François. Sociologia da experiência. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

_____. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. Revista Contemporaneidade e Educação, Salvador, ano 3, v. 3, p. 27-33, 1998.

_____. Mutações cruzadas: a cidadania e a escola. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16 n. 47, p. 289-305, 2011.

PAIS, José Machado. Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro. Porto: Âmbar, 2001.

SABOIA, João. Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho: como entender a aparente contradição? Estudos Avançados, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 115-125, 2014.

SPOSITO, Marília P. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. Revista USP, São Paulo, n. 57, p. 210-226, 2003.